



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Ambiental

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: entre a sustentabilidade do planeta e a
(in)sustentabilidade do capitalismo

LARISSA CARDOZO TEIXEIRA ¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, analisar a relação existente entre capitalismo e destruição da natureza. Tal discussão se faz necessária devido à centralidade da questão em todo o globo, em um momento em que a própria continuidade da vida planetária é colocada em xeque. Devido à urgência da “questão socioambiental” e a relação direta da mesma com o modo de produção atual, defende-se que é necessário a construção de uma nova ordem societária.

Palavras-chave: Questão socioambiental; modo insustentável de produção capitalista; destrutividade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the relation between capitalism and the destruction of nature. Such a discussion is necessary due to the centrality of the issue across the globe, at a time when the continuity of planetary life is being put in prove. Due to the urgency of the “socio-environmental issue” and its direct relationship

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense

with the current mode of production, it is argued that the construction of a new societal order is necessary.

Word-keys: Socio-environmental issue; unsustainable mode of capitalist production; destructiveness.

I – INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista é um sistema econômico que, ao ser instaurado, e tendo o objetivo de lucro, modifica as relações sociais existentes, as convertendo em relações sociais de exploração. As classes sociais, que também surgem com o capitalismo, são antagônicas entre si e há a exploração de uma classe sobre a outra - da classe burguesa sob a classe trabalhadora, com o objetivo final da criação de mais-valor e do crescimento do capital, e do mesmo modo em que há a exploração de uma classe sobre a outra, assim também se constrói a relação com a natureza, sendo uma relação de exploração devido à necessidade da extração de recursos naturais para o objetivo final do mais-valor.

Com o avançar do tempo, se percebe a capacidade destrutiva do modo de produção capitalista e, nos tempos atuais, há uma centralidade na pauta ambiental pela urgência da questão, visto que a própria continuidade da vida é colocada em xeque. Assim, devido à iminência do debate, tanto para o Serviço Social quanto para a sociedade em geral, este trabalho visa trazer contribuições e elementos relacionados à destrutividade do capitalismo, buscando dar visibilidade à temática.

II - DESENVOLVIMENTO

1. Trabalho, relação com a natureza e inserção no processo de valorização

Sabe-se que, de acordo com os tempos históricos, existem e coexistem

distintas formas de relação entre homem e natureza²; o que não se modifica, independentemente das relações existentes, é a presença do trabalho; o trabalho, enquanto uma mediação entre seres humanos e natureza visando à subsistência:

[...] a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades (NETTO e BRAZ, 2012, p. 42).

Segundo Engels, o trabalho (1876), “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (p. 13), visto que “pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem” (MARX, 1983, p. 32).

Através do trabalho realizado pelo homem e pela mulher, são extraídos recursos da natureza para serem transformados em alimentos, objetos, meios de trabalho, dentre outros, com vistas a atender as necessidades vitais. O trabalho é tido como uma relação recíproca, pois, através do mesmo, a natureza é transformada, mas mais que isso: neste processo, o ser humano, que não é a-histórico e possui características específicas de cada tempo, transforma-se a si mesmo, ou seja, também tem a sua própria natureza transformada.

Há, portanto, uma relação intrínseca e recíproca entre ser humano e natureza, visto que há uma dependência eterna dos recursos naturais para a subsistência da mulher e do homem. Como citam Netto e Braz (2012), “[...] é invariável o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza (a natureza, porém, pode existir e subsistir sem a sociedade)” (p. 47), ou seja, independentemente da sociedade vigente e de seu modelo de produção, estes dois (sociedade e modelo de produção) serão sempre mediados pelo trabalho e por esta

2 Aqui, a palavra “natureza” será utilizada deste modo, apenas didaticamente, para referir-se aos recursos naturais, como por exemplo, matérias-primas, terra, água, ar, dentre outros. No entanto, entende-se que, concretamente, não há uma dissociação entre “homem/mulher” e “natureza”, visto que os seres humanos são, também, natureza. Além disso, quando se fala de natureza ou meio ambiente no modo de produção capitalista, se fala de natureza/meio ambiente degradados por esse próprio capitalismo.

relação homem e mulher/natureza, ainda que este trabalho e esta relação ganhem contornos específicos de acordo com o tempo e espaço.

Partindo-se da ideia de que o trabalho, inicialmente, é voltado para atender as necessidades básicas dos seres humanos, pode-se dizer que o mesmo produz o que Marx chama de valor de uso, ou seja, o trabalho produz algo útil, e o produto que é conquistado com este trabalho está voltado para a sobrevivência humana, no entanto, com o passar dos tempos históricos, o trabalho muda de configuração e de objetivo. Apesar de o mesmo permanecer como a forma de intercâmbio entre homem/mulher e natureza, visto que essa condição é eterna, o trabalho se volta a uma finalidade para além da subsistência.

Com o desenvolver do modo de produção capitalista e das sociedades e o conseqüente aumento da produção de mercadorias, aumenta-se a extração de recursos naturais necessários para a produção das mesmas, ou seja, aumenta-se, também, a demanda dos recursos da natureza; modifica-se o grau de exploração para atender as necessidades sociais e o novo objetivo a ser alcançado: o lucro, e deste modo, a relação entre ser humano e natureza também se transforma: “[...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a” (ENGELS, 1876, p. 25). Com o capitalismo, surge uma nova relação entre ser humano e natureza: uma relação de exploração, de dominação. Como já citado, se em outros sistemas políticos, econômicos e sociais, o trabalho era realizado para produção de bens com valores de uso, ou seja, para atender às próprias necessidades, o modo de produção capitalista traz a produção de mercadorias com o objetivo de lucro, de valorização. Portanto, todo o processo de trabalho se insere, agora, no processo de valorização, o que significa que a própria natureza é inserida neste mesmo processo de valorização, de exploração.

Assim, se em outros modos de produção, o trabalho realizado não tinha uma relação de dominação ou de superexploração da natureza, o mesmo passa a ser inserido em um novo processo histórico, tornando-se fonte de lucro. É a partir da

inserção gradual no modo de produção capitalista, modo este voltado para o lucro, que há a exploração de trabalhadores/as, a apropriação privada dos meios de produção e a extração e transformação dos recursos naturais em mercadoria³. A partir deste momento, se inicia o “desenvolvimento” do modo *insustentável*⁴ de produção capitalista.

Apesar de a já citada relação homem/natureza ser algo constante, esta adquire contornos específicos e complexos no modo de produção capitalista:

Decerto que os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a configurar um quadro de ameaça à sustentabilidade planetária, tendo em vista que o objetivo precípua da produção não residia na formação do excedente com vistas ao mercado e, conseqüentemente, à obtenção do lucro (SILVA, 2010, p. 48).

Ainda que o capitalismo se configure de diferentes formas de acordo com cada país e tenha diferentes fases ao longo de seus séculos de existência, as características principais não se modificam, ao contrário, só se intensificam: a avidez pelo lucro, pela exploração de mão-de-obra e de recursos naturais, a superprodução, dentre outras, são características do referido modo de produzir que se mantêm e, em sua maioria, se agudizam ao longo do tempo.

Ora, se no sistema capitalista, a exploração da natureza, através do trabalho, não está mais voltada para o valor de uso, mas sim para o valor de troca, pode-se dizer que os próprios recursos naturais se tornam mercadoria (FANI, 2018). Segundo a autora:

A produção do espaço se impõe como condição, meio e produto da reprodução da sociedade no seio do processo geral de reprodução capitalista. Sob o capitalismo, a produção do espaço torna-se uma mercadoria, ganhando concretude prática na contradição dialética valor de uso/valor de troca (FANI, 2017, p. 34).

Ou seja, a própria relação com a natureza é modificada, e se passa a concebê-la

3 Considerando a complexidade do modo de produção capitalista e suas características como as citadas, entende-se que este trabalho não dará conta de abarcar todas as questões entremeadas. Por esse fator, focar-se-á na relação do referido sistema com a destruição da natureza.

4 A expressão “modo insustentável de produção capitalista” aparecerá ao longo do trabalho, pois demarca politicamente que não há como ter sustentabilidade em um modo de produção que tem a exploração de recursos naturais como um de seus pressupostos para existir. A longo prazo, não há como sustentar algo insustentável devido à finitude dos recursos naturais.

não como uma fonte de subsistir, mas sim de lucro. A relação entre ser humano/natureza passa a ser, agora, de dominação, sendo uma das características do modo capitalístico de produção. Junto a isso, é necessário salientar também, outra característica do referido modo, tendo como ponto de partida a análise de Marx (2011) sobre a lei geral da acumulação capitalista e, mais especificamente, a relação de exploração entre capital e trabalho:

[...] a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada (p. 455).

Com base na citação acima, seria possível acrescentar que, a lei da acumulação capitalista, tendo sua natureza de crescimento e nunca de recuo, também não leva em consideração a diminuição da extração de recursos naturais ou a diminuição da produção de mercadorias, visando reduzir os impactos socioambientais. Ou seja, assim como se exclui a possibilidade de diminuição do grau de exploração de trabalhadores/as no capitalismo, assim também o é em relação ao grau de exploração da natureza, sendo em escala sempre ampliada.

Além disso, sabe-se que a força de trabalho é a alavanca que move, desde os primórdios, o capitalismo. No entanto, com o avançar das fases do capitalismo e como analisado por Marx (2011) na própria lei geral da acumulação capitalista, há o desenvolvimento das forças produtivas, como as maquinarias e os instrumentos de trabalho, o que faz com que o processo de trabalho se torne mais ágil, no entanto, esse mesmo desenvolvimento das forças produtivas que traz maior agilidade para o processo de trabalho, se torna responsável pela substituição gradativa da força de trabalho pelos referidos equipamentos. Uma das consequências da questão citada é o que Marx chama de exército industrial de reserva⁵, pois se diminui a demanda de trabalhadores/as, já que as maquinarias passam a realizar funções antes feitas pelos/as mesmos/as. A outra consequência é a intensificação do trabalho para

5 Nome dado aos/às trabalhadores/as que se encontram desempregados. Com a concentração da riqueza socialmente produzida nas mãos de poucos, esse "exército" aumenta progressivamente, pois além do crescimento da classe trabalhadora, que traz grande oferta de mão de obra, o desenvolver dos meios de produção traz a diminuição da demanda de trabalho.

aqueles/as que se encontram trabalhando, devido à facilidade na substituição de mão-de-obra, que é causada pela existência do exército industrial de reserva. Do ponto de vista ambiental, há um maior dispêndio de recursos naturais, pois é necessária a utilização dos mesmos para a construção dos equipamentos. Além disso, por ser um momento de desenvolvimento tecnológico acelerado, as maquinarias tornam-se rapidamente obsoletas, o que traz a célere substituição de instrumentos e objetos de trabalho e, conseqüentemente, maior número de descartes em um curto espaço de tempo, ocasionando maior impacto ambiental devido ao aumento da demanda pela extração de recursos.

Ademais, a lei geral da acumulação capitalista demonstra o que Marx coloca como contradição central deste modo insustentável de produção: na medida em que se aumenta a produção, gerando mais riqueza, maior é o abismo entre proletários e burgueses devido à riqueza socialmente produzida não ser distribuída de forma equânime. Ou seja, a contradição central se volta para o caráter da produção ser social, mas a apropriação da riqueza socialmente produzida ser privada. Junto à esse fator, há outro elemento que compõe a contradição do sistema capitalista: este mesmo modo de produção, que traz a contradição capital/trabalho, é seu próprio algoz, pois da forma em que é constituído, leva ao conseqüente esgotamento gradativo dos recursos naturais, essenciais para a manutenção do capitalismo e da vida, e futuramente, caso se mantenha como é constituído, levará à destruição total dos recursos naturais, dos ecossistemas, da humanidade e do planeta como um todo. Portanto, assim como o modo capitalista de produção traz a contradição capital/trabalho, a “questão ambiental” traz em seu âmago uma contradição fundante deste modelo: ao mesmo tempo em que o capital se mantém ávido para produzir e extrair mais, buscando o interminável lucro, há um limite imposto pela própria finitude dos recursos naturais. Ou seja, a atividade que é responsável pelo desenvolver da sociedade, torna-se responsável também, e contraditoriamente, pela destruição da mesma, da natureza e, conseqüentemente, do próprio ser humano. Deste modo, o capitalismo domina não somente a força de trabalho, mas também a natureza e seus recursos, os consumindo de forma desmedida.

2. Os impactos da produção de mercadorias e a relação com a destruição da natureza

O sistema capitalista, visando sempre o crescimento, possui uma linearidade em seu modo de produzir que, resumidamente, se baseia em: produção, consumo para o lucro e descarte. Este sistema se estrutura em uma economia linear, onde há o fim da produção com o descarte.

Deste modo, não há uma preocupação com o pós-consumo, ou seja, com o descarte, pois o foco é concentrado na produção, momento onde ocorre o principal objetivo do capital: o lucro. Ou seja, do modo em que o sistema se estrutura, a economia não ocorre de forma circular. Aqui, é preciso pensar em alguns aspectos.

O primeiro aspecto a se ater é o impacto socioambiental da própria produção, seja de roupas, sapatos, eletrônicos, dentre outros objetos; o próprio processo de produção ocasiona dispêndios e desperdícios exacerbados de recursos naturais como água, madeira, minerais, dentre outros. Com isso, há uma megaprodução de mercadorias que nem sempre é acompanhada no mesmo ritmo de consumo, o que gera um excedente de produtos que não serão totalmente consumidos pela população. Junto à produção exacerbada há, também, a invenção de novos produtos, que têm como objetivo a criação das chamadas “novas necessidades” como justificativa para que o produto seja consumido.

As lógicas capitalísticas citadas são pensadas com o fim último de obtenção de mais-dinheiro. Junto a isso, a perversidade do capitalismo também traz a inovação tecnológica em produtos já existentes: sob uma roupagem de inovação. Produtos como aparelhos eletrônicos, por exemplo, recebem pequenos ajustes para que sejam novamente consumidos. Nesta mesma linha, sob toda a lógica que o capitalismo carrega de uma superprodução para o super consumo (consumo este que não pode ser freado para que haja a realização do eterno mais-valor), o

capitalismo possui outra perversidade em seu âmago: a obsolescência programada.

A lógica perversa da obsolescência programada⁶ consiste na elaboração de produtos com uma característica de alta descartabilidade, feitos com materiais de baixa qualidade, apesar de, contraditoriamente, serem classificados como bens de consumo duráveis. Esse fator citado, aliado à rápida inovação tecnológica, que ocorre de forma constante, faz com que os produtos se tornem obsoletos rapidamente por serem considerados ultrapassados ou por terem, programadamente, seu funcionamento interrompido em um curto espaço de tempo para que haja o consumo de um novo produto e, conseqüentemente, para que o sistema capitalista consiga manter seu ciclo ativo de lucro.

Como citado, considerando a linearidade do trinômio “produção-consumo-descarte”, percebe-se um enfoque na produção/consumo, ou seja, o descarte não é pensado neste sistema por não ser lucrativo para o grande capital. Assim, toneladas de resíduos como plásticos, eletrônicos e outros materiais que, por vezes, apresentam risco à saúde, são descartados diariamente em todo o planeta de forma impensada, o que traz conseqüências e impactos em larga escala, como, por exemplo, a contaminação de solos, lençóis freáticos, rios, lagos e mares, fauna e também de seres humanos, o que demonstra a insustentabilidade do referido modo de produção. Ou seja, somado a toda a perversidade da produção, as conseqüências dos descartes incorretos chegam e chegarão até nós, seres humanos, de diversos modos, seja pela alimentação, pelo ar, pela água, ou por desastres tidos como “naturais”:

Em sua sede insaciável de lucratividade, o capitalismo revela sua essência crescentemente destrutiva e perdulária, manifestando uma contradição essencial no processo de sua reprodução: a crescente obsolescência programada, o desperdício no trato dos recursos naturais e sociais – condições essenciais para a expansão da produção e do consumo – confrontam-se, progressivamente, com o caráter limitado das potencialidades ambientais, com a finitude dos recursos naturais, o que vem comprometendo, sistematicamente, a própria existência humana no planeta (SILVA, 2010, p. 27).

⁶Segundo Silva (2010), a obsolescência programada “tem como objetivo a aceleração do tempo de rotação do capital” (p. 62).

É importante analisar também que, na tentativa de disfarçar a insustentabilidade do capitalismo, são utilizados vários nomes e termos como forma de ocultação da real questão, como “economia verde”, “economia ambiental”, “capitalismo verde” e “desenvolvimento sustentável”, sendo este último, um dos termos mais difundidos nos tempos atuais e que será discutido a seguir.

3. O mito do desenvolvimento (in)sustentável no modo de produção capitalista

O conceito de “desenvolvimento sustentável” surge durante eventos ocorridos no século XX sobre a pauta socioambiental (SILVA, 2010). Sendo um termo socialmente difundido, refere-se à suposta ideia de que é possível continuar o desenvolvimento (leia-se econômico) da sociedade, procurando não comprometer a continuidade da vida das gerações futuras com a proteção do meio ambiente. Convém destacar que, na prática, a ideia de desenvolvimento não está vinculada a um desenvolvimento social que buscava melhorar as condições de vida da população, mas sim à ideia de desenvolvimento econômico, objetivo primordial na sociedade do capital.

Se analisado de um modo crítico, percebe-se que a própria ideia de sustentabilidade é criada para solucionar um problema capitalístico, visto que a destruição da natureza ocorre pelo próprio sistema. Tal nomenclatura demonstra que é necessário pensar em um desenvolvimento “sustentável” por haver o entendimento de que há, de fato, uma insustentabilidade no modo atual de produzir; daí a necessidade de pensar em “sustentabilidade” como uma roupagem de um modo que não se sustenta. Por esse fator, o termo citado é trazido como uma forma de esmaecer as próprias contradições do sistema, ou seja, o desenvolvimento sustentável é uma forma de resposta, do próprio capital, para uma problemática causada pelo mesmo, com o objetivo da sua própria reprodução e continuidade, sendo “um “progresso” na degradação e na deterioração do meio ambiente natural” (LÖWY, 2014, p. 30).

Destaca-se que a ideia de “desenvolvimento sustentável” não considera a mudança do padrão de produzir da sociedade e a necessidade de uma nova ordem social. Não há, portanto, uma crítica à raiz da questão, que é o próprio capitalismo e a forma que o mesmo se estrutura, tampouco mudanças práticas na estrutura do próprio sistema, há, sim, uma aliança inalcançável entre duas palavras com significados que não são possíveis de coexistirem em sociedades capitalistas: desenvolvimento e sustentabilidade.

Mais do que uma resposta à problemática criada pelo próprio modo de produção, “sustentabilidade” e “capitalismo verde” se tornam um novo nicho e um novo meio de lucro:

Contraditória e dialeticamente, os efeitos da degradação ambiental convertem-se em mercadorias, a partir da produção de um crescente “mercado de reparações” ecológicas, numa demonstração incontestada da capacidade do sistema do capital de transformar em fonte de lucratividade os obstáculos com que se depara (SILVA, 2010, p. 78).

Como aponta Silva (2010), o capitalismo tem “a capacidade [...] de converter em seu favor as mazelas de sua produção destrutiva” (p. 142). A própria roupagem de sustentabilidade se insere no processo de valorização, além de ser uma forma de garantir a intocabilidade da estrutura do capital, visto que se demonstra, com ações em sua maioria pontuais e esporádicas, a boa intenção e vontade do capital em salvar o planeta.

Nesta mesma lógica, se segue o capitalismo verde que, como analisa Löwy (2014), “não passa de uma manobra publicitária, de uma etiqueta que visa vender uma mercadoria ou, na melhor das hipóteses, de uma iniciativa local equivalente a uma gota de água sobre o solo árido do deserto capitalista” (p. 47).

Portanto, a ideia do desenvolvimento sustentável e de outros termos utilizados, nada mais é do que uma “estratégia global do capital” (SILVA, 2010, p. 143) em relação às respostas dadas à questão socioambiental, pois “No capitalismo, tal conceito constitui-se em uma verdadeira metáfora ideológica em torno da qual o sistema se consolida, se justifica e se propaga” (BENINCÁ, 2011, p. 155). Deste modo, ações como criação de objetos sustentáveis, uso de “tecnologias limpas”, a

reciclagem e as alterações na base energética, entre outras, constituem respostas do capital à “questão ambiental”” (*ibidem*, p. 142), e “ainda que produzam efeitos que atenuem o ritmo da degradação ambiental, o fazem mantendo intactos os seus determinantes” (SILVA, 2010, p. 43).

É importante destacar, aqui, outro ponto que não se pode deixar de analisar para que não se perca a dimensão de classe dentro do debate da questão socioambiental, visto que a discussão sobre o assunto se insere dentro de uma sociedade de classes, as quais são antagônicas entre si.

4. Classismo ambiental: um recorte da culpabilização e das consequências da degradação ambiental

No século XX, se inicia uma maior discussão a nível mundial sobre a questão ambiental; exemplos disso são eventos como a Conferência de Estocolmo e o Clube de Roma. Apesar de não se poder retirar a importância de eventos como os citados, visto que a discussão sobre a pauta é imprescindível, o que se percebe é que os efeitos da degradação ambiental são tratados, majoritariamente, como questões de ordem individual, ou seja, os discursos e documentos formais culpabilizam os indivíduos e seus hábitos de consumo como os grandes causadores dos impactos ao meio ambiente. Mais que isso, a culpa recai aos indivíduos pauperizados, que são tidos como os principais causadores da destruição ambiental. Tem-se no documento da Declaração de Estocolmo:

Chegamos a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade, condições melhores de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem (CETESB, 20--, p. 2).

Ou seja, quando se inicia uma maior discussão sobre a pauta ambiental, as causas da degradação são tratadas pelas autoridades, inclusive em documentos formais de eventos mundiais sobre a questão, como um problema de ordem individual e com um recorte classista, trazendo a culpabilização para a população pauperizada, “[...] o que significa culpar a si mesmas ou a Deus se algo der errado, mas nunca ousar sugerir que o capitalismo pode ser o problema” (HARVEY, 2020, n.p.).

O discurso das autoridades exclui e retira o contexto o qual a questão socioambiental ocorre, deslocando-a da ótica das relações sociais de produção vigentes, ou seja, as relações do modo insustentável de produção capitalista, modo este produtor e reproduzidor das desigualdades sociais, do pauperismo e da destruição ambiental⁷.

Além disso, as referidas discussões colocam o desenvolvimento econômico como a solução da questão, como aparece no seguinte princípio da Declaração de Estocolmo: “O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida” (CETESB, 20--, p. 3). A partir desta visão, o desenvolvimento econômico traria consigo o desenvolvimento social e, logo, traria também a diminuição da destruição do meio ambiente concomitante com a diminuição da pobreza. No entanto, percebe-se ao longo das décadas, que o desenvolvimento econômico não é acompanhado do desenvolvimento social, algo que se materializa no cotidiano da população brasileira⁸.

7 Com isso, não se quer dizer que os indivíduos também não necessitem repensar e mudar seus hábitos de consumo a partir de uma visão crítico-política da questão. Apesar da mudança de hábitos ser essencial nos tempos atuais, visto que as mesmas, por menores que sejam, impactam na vida, é importante destacar que a questão não se origina (e também não se resolverá) individualmente, pois o sistema capitalista mantém sua reprodução destrutiva intacta.

8 Segundo dados da segunda edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022), pesquisa realizada pela Rede PENSSAN, a insegurança alimentar e a fome aumentaram no país. A insegurança alimentar “ocorre quando uma pessoa não tem acesso regular e permanente a alimentos” (OLHE PARA A FOME, 2022). Tomando o conceito como base, os dados apontam que mais da metade da população brasileira se encontra em

Portanto, no século passado, os principais debates sobre meio ambiente foram permeados de uma visão conservadora, individualizada, descontextualizada e discriminatória sobre a questão. Ademais, por mais que se saiba que a população pauperizada não é a grande reprodutora das expressões da questão socioambiental, destaca-se que essa população é a que mais sofre com as consequências do modo insustentável de produção capitalista. De forma progressiva e cada vez mais perceptível, os/as pauperizados/as sofrem tanto com o aumento exponencial do próprio pauperismo e de suas mazelas, como a fome, por exemplo, quanto com consequências mais diretas da destruição ambiental, ou seja, sofrem com as expressões da *questão socioambiental*⁹ e, dentro delas, com os desastres ambientais, algo que se evidencia de forma veemente no Brasil.

Destaca-se que os desastres ambientais, apesar de serem tidos como naturais, têm causa social, visto que são agudizados, e por vezes criados por consequência do modo insustentável de produção capitalista. Segundo Benincá (2011), os desastres “[...] atingem toda a sociedade e o conjunto do sistema de vida. Porém, são os segmentos menos favorecidos economicamente que sofrem as consequências de modo mais acentuado” (p. 162). Como demonstrado ao longo deste trabalho, por mais que o principal agente causador dos desastres não seja a população pauperizada, mas sim os grandes capitalistas, não serão estes que sofrerão primeiro os efeitos da destrutividade ambiental. As consequências da destrutividade, que são sentidas de modo desigual pelas classes sociais, são chamadas de injustiça ambiental: “O termo injustiça ambiental tem sido empregado para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações

insegurança alimentar, ainda que em diferentes graus. Ou seja, em 2022, 125,2 milhões de brasileiros/as vivem com insegurança alimentar e “33,1 milhões de brasileiros/as estão passando fome” (PENSSAN, 2022).

9 Segundo Iamamoto (2015) a chamada “questão social” se refere ao conjunto de expressões (como fome, miséria, desemprego, dentre outros) que são reproduzidas na sociedade capitalista, sociedade esta reprodutora de desigualdades. Tomando como base o conceito da autora sobre a questão social, por “questão socioambiental”, entende-se aqui como algo mais amplo, sendo o conjunto das expressões sociais e ambientais que são reproduzidas na sociedade capitalista, tendo expressões tanto sociais como citadas acima, quanto ambientais, como desertificações, poluição, aquecimento global, extinções da fauna e flora, catástrofes, dentre outros, entendendo-se que uma não está dissociada da outra, pelo contrário: é a partir das relações sociais vigentes que as expressões da questão socioambiental são criadas e reproduzidas, possuindo, portanto, o mesmo agente causador: o modo de produção capitalista.

menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais” (GONÇALVES e VARGAS *apud* ACSELRAD, 2015, p. 9).

Destaca-se como exemplo de injustiça ambiental, no Brasil¹⁰: populações que residem perto de indústrias que contaminam rios, lançam gases poluentes e tóxicos para a saúde; populações que residem perto de zonas do agronegócio, onde há pulverização de grandes quantidades de agrotóxicos; moradores/as que residem perto de lixões ou em locais de risco, dentre outros. Portanto, “a exposição desigual aos danos ambientais é sem dúvida uma das expressões atuais da Questão Social” (GONÇALVES e VARGAS, 2015, p. 9) por ser “historicamente determinada – e desigualmente distribuída na sociedade” (*ibidem*, p. 10). Pode-se dizer que há, nessa situação, um *classismo ambiental*, onde certas classes sofrem os efeitos da degradação da natureza que são causados por outra classe, ou seja, a classe pauperizada sofre intensamente as consequências das ações feitas pelas classes burguesas.

Destaca-se também que, além da distribuição ser desigual, por classes, é também, muitas vezes, por raça. Por isso, também se usa a expressão racismo ambiental para dar visibilidade ao fato de que populações negras, indígenas, quilombolas, dentre outras, são as que majoritariamente sofrem com os desastres e com todas as violações de direitos socioambientais. Assim, o classismo ambiental e o racismo ambiental se interseccionam, pois as expressões da questão social são direcionadas a determinadas classes e raças.

Portanto, o que se constata, no Brasil, é que a população pobre sofre com a acentuação das já existentes expressões da questão socioambiental, que se combinam com a emergência de *novas expressões*¹¹. Ao redor do mundo, apesar de

10 Sabe-se que, atualmente, o Brasil tem a frente de seu governo, lideranças que relegam a pauta ambiental, com posturas de favorecimento do agronegócio em detrimento do meio ambiente. No entanto, devido ao objetivo principal do texto, este trabalho não dará conta de realizar uma análise do governo Bolsonaro.

11 Junto à complexificação do capitalismo, há a produção de novas manifestações da degradação socioambiental, como por exemplo, a problemática do microplástico, o qual já é presente nos corpos humanos através da alimentação e respiração e traz consequências diversas; a própria pandemia do Coronavírus, a presença de eventos extremos como secas e inundações, dentre

algumas expressões da questão socioambiental serem específicas de acordo com as características de cada país, todas possuem raiz no modo insustentável de produção atual.

III – CONCLUSÃO

Buscou-se trazer, neste trabalho, elementos para debater e demonstrar a relação simbiótica entre modo de produção capitalista e destruição da natureza e da vida. Para isso, o conceito de trabalho foi apresentado como forma de se analisar a mudança radical da relação entre ser humano e natureza. Enquanto o trabalho é “condição natural eterna da vida humana” (MARX, 1983, p. 40) a destruição da natureza é condição “social” do capital. O modo de produção capitalista se torna mais do que um simples sistema econômico: se torna um modo de vida, influenciando aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais. Da mesma forma em que o atual sistema cria condições para sua reprodução, cria, contraditoriamente e na mesma proporção, as condições para sua destruição, visto que não é possível aliar a continuidade do capital com a escassez de recursos naturais; ou seja, “a corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista/industrial nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis” (LÖWY, 2014, pp. 39-40).

Por esse motivo, é indispensável se pensar na necessidade da construção de uma nova ordem social. Como expõe Löwy (2014), “É preciso atacar o próprio modo de produção: se o problema é sistêmico, a solução tem de ser antissistêmica, isto é, anticapitalista” (p. 9). Ao mesmo tempo, analisa o autor: “lutar por esse sonho [construção de uma nova ordem social], não quer dizer que não nos esforcemos para aplicar reformas concretas e urgentes” (p. 96) é necessário refletir, também, sobre as ações possíveis de serem feitas ainda na ordem capitalística, visto que,

outros.

enquanto uma nova ordem social não se apresenta, é no cotidiano que se torna possível realizar pequenas revoluções que visem à melhoria das condições de vida da população e da natureza de um modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENINCÁ, D. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano**. São Paulo: CETESB, [20--]. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_mma.pdf> Acesso em: 22 ago. 2022.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

FANI, A. A. C.; ALVES, G.; PADUA, R. F. de. (Orgs.) **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **A condição espacial**. 1. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2018.

GONÇALVES, R. S. e VARGAS, D. Desastres e Justiça Ambiental: um desafio para o Serviço Social. In: **O Social em Questão: Desastres e Justiça Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 33, p. 9-21, maio, 2015.

HARVEY, D. David Harvey: Política anticapitalista em tempos de coronavírus. **Blog da Boitempo**, [s.l.], 24 de março de 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>> Acesso em: 03 jun. 2022.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INSEGURANÇA alimentar se agrava no Brasil e a fome segue crescendo. Olhe para a fome, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>> acessado em: 15 ago. 2022.

LÖWY, M. **O que é o ecossocialismo?** 2. ed, v. 54. Coleção questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf> Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012

SILVA, M. G. das. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.